

O Metalúrgico

Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Região www.sindimetal.org.br



Sindicato lança campanha de PLR 2015





m assembleia no dia 12 de fevereiro, o Sindicato realizou o lançamento da campanha de PLR 2015. Nela também foi aprovada pelos trabalhadores a retificação estatutária e foram eleitos os delegados que representarão os metalúrgicos de BH/Contagem na 6ª Plenária da FEM/CUT-MG e no 9º Congresso da CNM/CUT.

Página 02

Ato em defesa da Petrobras reunirá **CUT, FUP e movimentos sociais**



Sindicato considera que as pessoas envolvidas nos casos de corrupção devem ser punidas com rigor, mas para nós, defender a Petrobras é defender o Brasil. Esse é o slogan do ato em defesa da petrolífera, que será realizado no próximo dia 24 de fevereiro, na sede da ABI, Rua Araujo Porto Alegre, 71 - Centro, Rio de Janeiro.

O ato, que está sendo organizado pela CUT e pela FUP (Federação Única dos Petroleiros da CUT), vai reunir sindicalistas, representantes do movimento sindical, advogados, jornalistas, intelectuais e todos que defendem um projeto de Nação com justiça e inclusão social, emprego de qualidade e distribuição de renda.

Fonte:CUT

Congresso desarquiva o PL 4.330/04

Projeto Lei de 4.330/04, que expande terceirização, foi desarquivado na terça-feira (10). De autoria do ex-deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), o projeto está



pronto para votação no plenário da Câmara dos Deputados.

A votação do projeto em plenário depende do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que precisa incluir a matéria na ordem do dia. Essa decisão é tomada no âmbito do Colégio de Líderes.

O requerimento para desarquivamento pedia o retorno à tramitação do PL 1.621/07, do deputado Vicentinho (PT-SP), anexado ao PL 4.330. Dessa forma, todas as proposições que versam sobre terceirização são resgatadas para iniciar a tramitação de onde pararam no encerramento da legislatura no dia 31 de janeiro de 2015.

Nesta fase do debate sobre o tema, o movimento sindical precisa ficar atento, pois há forte tendência de o projeto ir à frente, tendo em vista a composição da Câmara empossada no dia 1º de fevereiro de 2015.

Trata-se de uma composição mais conservadora, com uma bancada empresarial que manteve sua força e poder, com 220 representantes na Câmara. Enquanto a bancada sindical, que

na legislatura passada tinha 83 representantes na Casa, agora tem 51.

Com esta correlação de forças tão desigual, o movimento sindical terá de atuar muito mais no Congresso e com mais vigor, a fim de ocupar os espaços de negociação para não ser surpreendido com decisões que lhe afetam, sem ser ouvido.

Senado

É importante lembrar ainda que pode voltar à tramitação no Senado projeto idêntico ao PL 4.330. Trata-se do PLS 87/10. Assim, a atenção deve estar voltada também para o Senado Federal.

O PLS 87 foi arquivado no final da legislatura, mas poderá ser desarquivado mediante requerimento de qualquer senador, com apoio de 27 colegas. De autoria do ex-senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) aguardava parecer para discussão e votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Caso retorne ao debate na CCJ ainda será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão.

Fonte: Diap

PAIS EM RISCO

creditável as perspectivas que se desenham para o país. Inacreditável porque, depois de um processo eleitoral que envolveu e mobilizou quase a totalidade da nação brasileira, os derrotados no processo se acham cacifados e respaldados para impor suas vontades e projetos.

E o que é pior: agem como se as eleições não tivessem acontecido, continuam em plena e ferrenha campanha. Esta campanha tem por objetivo desmoralizar a PETRO-BRÁS internacionalmente afugentando investidores, suspendendo contratos e esvaziar a estatal, para num segundo momento entregá-la ao capital estrangeiro, como o ocorrido com varias outras importantes empresas do país.

Não é novidade pra ninguém, a voracidade dos capitalistas internacionais e seus interesses mundiais que de uma forma ou de outra buscam o controle do petróleo no mundo. Usando de sua supremacia bélica, abusando das intervenções militares para bancar seus interesses.

Aqui no Brasil não e necessário este aparato, pois aqui temos como defensores destes interesses figuras como o ex-presidente

decepcionante e ina- Fernando Henrique Cardozo, o derrotado candidato a presidente senador Aécio Neves, políticos, partidos e parlamentares, além dos meios de comunicação.

> A PETROBRAS é orgu-Iho dos brasileiros, principal fomentadora da economia de nosso país, âncora de nosso desenvolvimento cientifico, tecnológico e industrial. Ela corre o risco de ser dizimada e em efeito cascata detonar setores inteiros e empresas instaladas no Brasil comprometendo meio milhão de empregos altamente qualificados. Isso poderá impor a economia do país um estrago inimaginável.

Jogando o país a uma condição subalterna e humilhante nos transportando novamente ao papel de colônia. Ao mesmo tempo estes mesmos setores estimulam o desgaste do governo eleito de forma democrática e legítma.

Não se trata de ser a favor ou contra este político ou aquele partido a favor ou contra a corrupção, se trata dos interesses do país. É uma aventura irresponsável que mais uma vez compromete o desenvolvimento do Brasil e nossa referência e esperança de futuro.

Marcos Marçal, Secretário Geral do Sindicato



Garantia de emprego à gestante

ica vedada a dispensa arbitrária da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez

até seis meses após o parto, ressalvadas as hipóteses de cometimento de falta grave e término de contrato a prazo.

Se rescindido o contrato de trabalho, a empregada deverá, se for o caso, avisar o empregador do seu estado de gestação, devendo comprová-lo dentro do prazo de 60 dias, a partir da notificação da dispensa. Nos casos de gestação atípica, não revelada, esse prazo será estendido para 90 dias, devendo tal situação ser comprovada por atestado médico do SUS.

A empregada gestante não poderá ser despedida, a não ser em razão de falta grave ou por mútuo acordo entre empregada e empregador, com assistência do respectivo sindicato representativo da categoria profissional.

O que nós queremos com a PLR?

Melhorar a distribuição de renda

O Brasil tem uma das piores distribuição de renda do mundo. Devemos procurar discutir nas negociações, a jornada e o ritmo de trabalho, a qualificação e requalificação profissional, a qualidade do trabalho, entre tantos outros.

Enfim a discussão da PLR abre a possibilidade de negociar as mudanças que estão

ocorrendo no processo produtivo, aumentando a intervenção dos trabalhadores na defesa de seus interesses.

Fortalecer a organização dos trabalhadores

A luta por PLR é uma das formas de garantir organização dos trabalhadores nos locais de trabalho, pois é um fator motivador para a criação das co-



missões e do comitê sindical na fábri-

Ter mais e melhores informações

Um acordo sobre a PLR é um instrumento que possibilita ao trabalhador (via Sindicato/Comissão), ter acesso privilegiado às informações dos lucros ou resultados e outros assuntos da empresa.



Trabalhadores devem começar a mobilização nas fábricas

trabalhadores devem começar a mobilização nas fábricas, pois só a luta irá garantir a conquista de uma PLR digna e igual para todos. O cenário instável da economia brasileira atualmente, certamen-



Geraldo Valgas, presidente do Sindicato

te será aproveitado como desculpa pelos patrões para não pagar ou "jogar para baixo" o valor da nossa PLR, por isso temos de estar preparados.

Em várias fábricas da categoria, como a Stola e Vallourec, por exemplo, já foram eleitas as comissões de PLR e as negociações estão em andamento. A companheirada das demais empresas precisam se unir e mobilizar para exigir que os patrões abram a negociação da distribuição nos lucros com seus trabalhadores, tal como estabelece a Lei 10.101.

O Sindicato já enviou cartas para várias empresas da categoria como GE Disjuntores, GE Transportation, ICG Proma, Maxion, Magneti Marelli, Orteng, Condor, Isomonte, Montelle, Pipe, Ferrolene, entre outras, solicitando a abertura das negociações.

Este ano, em algumas empresas já estão instalados os Comitês Sindicais que serão muito importantes para ajudar os trabalhadores na organização da luta no interior da fábrica.

Na primeira quinzena de abril deverá ser realizado o primeiro seminário de capacitação para os membros das comissões. Companheiros chegou a hora exigir a nossa parte do bolo, PLR já!

Negociação na PIPE garante manutenção de direitos dos trabalhadores

negociação entre Sindicato e empresa, que vem sabendo disso exigiu que acontecendo desde outubro a empresa devolvesse o do ano passado, tem apresentado importantes avanços. pois alguns direitos que haviam sido suspensos ou retirados pela direção da Pipe, em questões relacionadas ao plano de saúde, insalubridade e periculosidade, foram retornados e pagos aos trabalhadores.

A empresa tinha um acordo com o Sindicato para que os trabalhadores tivessem convênio médico da Unimed no plano Unifácil, que era gratuito para todos os titulares e seus dependentes.

Com o passar do tempo a empresa também adotou outro plano (Unipart) que é pago e passou a colocar vários trabalhadores nesse novo plano.

Quando o Sindicato ficou dinheiro para esses traba-Ihadores que migraram do plano gratuito para o plano pago.

Outra situação que o sindicato vem negociando com a empresa é o pagamento de periculosidade e insalubridade que a empresa havia suspendido em vários setores. Na negociação, a Pipe assumiu o compromisso de corrigir estas distorções e pagar o passivo acumulado.

O engenheiro de segurança do Sindicato verifi-

cou que vários trabalhadores que estavam exercendo função insalubre, não estavam recebendo esse direito. Na última reunião, a empresa mos-



trou alguns documentos, alegando que já voltou a pagar esse direito para aproximadamente 180 trabalhadores. O Sindicato vai continuar monitorando, pois considera que

existam casos de trabalhadores que não foram resolvidos. Vamos continuar atentos e, se for necessário, pediremos uma nova fiscalização na fábrica.

A rotatividade no mercado de trabalho brasileiro

de parcerias, tem tratado da questão da rotatividade, em diversos estudos, procurando formas de entender melhor e, ao mesmo tempo, encontrar soluções para o problema. Desenvolveu, com o Ministério do Trabalho e Emprego, diversos trabalhos sobre o tema. Também com o movimento sindical explorou a questão em seminários e em um estudo sobre os setores.

Os últimos resultados do trabalho desenvolvido em parceria com o MTE foram divulgados em dezembro de 2014. De acordo com os dados, entre 2002 e 2013, cerca de 45% dos vínculos de trabalho (CLT) foram desligados com menos de seis meses de vigência do contrato de trabalho e em apro-

DIEESE, por meio ximadamente 65% dos casos sequer atingiram um ano completo. Em 2013, a taxa de rotatividade global chegou a 63,7% e a de rotatividade descontada (após a exclusão de quatro motivos: morte, aposentadoria, demissões a pedido, transferências) foi de 43,4% no mesmo ano, no mercado de trabalho celetista. Em determinados setores e segmentos econômicos da produção, a rotatividade chega a 100% ao ano. Agricultura e pecuária e Construção civil são os mais afetados. Na Construção, a taxa global ficou em 115% e a descontada, em 88%, em 2013. Mesmo na indústria, a rotatividade é de pelo menos 30% ao ano. Nos serviços, ficou em cerca de 60% em 2013.

Centrais vão apresentar propostas contra alta rotatividade

grupo técnico criado por líderes sindicais e coordenado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese) vai apresentar na reunião marcada para 25 de fevereiro defendidas pelos sindicom ministros e técnicos do governo, em Brasília, propostas para implantação de medidas mais estruturais para enfrentar a alta rotatividade no mercado de trabalho brasileiro e para o fortalecimento do Sistema Público de Emprego.

Segundo Clemente Ganz, um dos técnicos do Dieese designados para representar os trabalhadores, a ideia é mostrar que, com a me-Ihoria dos sistemas já existentes. é possível reduzir os custos e o

res que buscam o seguro-desemprego. "Muita coisa que vamos mostrar é de reorganização administrativa de gestão do próprio Ministério do Trabalho."

Uma das propostas calistas é que haja uma integração de dados no momento das homologações, o que permitiria um cadastro único para aqueles que acessam o fundo de garantia e o seguro-desemprego. "Um sistema com mais transparência e controle, com cruzamento de dados. sem dúvida nenhuma. funcionaria melhor", diz Ganz. "O governo não está tirando o direito dos trabalhadores, mas está sim limitando o acesso ao seguro."

Tirar do papel. A ideia tempo dos trabalhado- das centrais é pressionar para que "saiam do papel" propostas que já estão no Ministério do Trabalho. "O pressuposto do governo de que as alterações propostas são para coibir fraudes está equivocado. É claro que devem existir fraudes, mas com um sistema mais transparente e eficiente as chances de fraudes serão diminuídas."

Outra proposta das centrais é a integração do Sistema Nacional de Emprego (Sine), que hoje é executado por municípios, embora seja financiado em parte pela União. "Um sistema unificado ajudaria trabalhadores a se recolocarem de forma mais fácil e diminuiria o dispêndio com o seguro-desemprego."

Fonte: Estado de S. Paulo

Vem aí o Dia Internacional das Mulheres

Coletivo de Mulheres do Sindicato está programando uma série de eventos e atividades pelo Dia Internacional da Mulher, celebrado em todo o mundo em 08 de Março.

"Esta é uma data especial, é um dia de luta para as mulheres, não só de BH/Contagem, mas do mundo todo, por isso não pode passar em branco", falou Margareth da Silva Gonçalves, secretária de mulheres do Sindicato (Foto).

Portanto companheiras metalúrgicas, fiquem atentas, pois na próxima edição deste boletim iremos informar a programação completa.





SINDICA



Ligue

3369.0519 3224.1669

ou acesse

www.sindimetal.org.br

